



PROCESSO TCE-PE Nº 17100265-9

RELATOR: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas - Gestão

EXERCÍCIO: 2016

UNIDADE JURISDICIONADA: Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz

INTERESSADOS:

Carlos Alexandre De Alencar Ferreira

Gilvan Sirino De Almeda

Cledjane Tavares Rodrigues

Elysandra De Oliveira Mendes

Fundo Previdenciário Do Município De Santa Cruz

Neumiranda Marinho Guimaraes

Neumiranda Marinho Guimaraes

ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA

PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL

ACÓRDÃO Nº 1398 / 2017

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo TCE-PE Nº 17100265-9, ACORDAM, a unanimidade, os Conselheiros da SEGUNDA CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, nos termos do voto do Relator, que integra o presente Acórdão,

Parte: Carlos Alexandre de Alencar Ferreira

Unidade Jurisdicionada: Fundo Municipal de Saúde

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificado, o interessado não apresentou defesa;

CONSIDERANDO que o gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Carlos Alexandre de Alencar Ferreira, deixou de recolher aos cofres da Previdência Municipal, o montante de **R\$ 65.518,28** e efetuou repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS com atrasos e sem os devidos encargos (item **2.1.2 e 2.1.3** do RA);

APLICAR multa no valor de R\$ 7.849,50, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) III , ao(à) Sr(a) Carlos Alexandre De Alencar Ferreira, que deverá ser recolhida , no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br) .

Parte: Gilvan Sirino de Almeida

Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Santa Cruz

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificado, o interessado não apresentou defesa;



CONSIDERANDO que o Sr. Gilvan Sirino de Almeida não motivou, de maneira fundamentada, as razões pelas quais deixou de adotar a alíquota mais adequada ao equilíbrio atuarial financeiro do Fundo Previdenciário do Município (item **2.1.1** do RA);

CONSIDERANDO que o Sr. Gilvan Sirino de Almeida, na condição de Prefeito, deixou de recolher aos cofres da Previdência Municipal, o montante de **R\$ 527.328,34, além** de proceder a repasses de contribuições fora do prazo, gerando pagamentos com multas e juros de mora no valor de **R\$ 51.442,42** (itens **2.1.2, 2.1.3** e **2.1.5** do RA);

IMPUTAR débito no valor de R\$ 51.442,42 ao(à) Sr(a) Gilvan Sirino De Almeida , que deverá ser atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local para atualização dos créditos da Fazenda Pública Municipal , e recolhido aos cofres públicos municipais , no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, devendo cópia da Guia de Recolhimento ser enviada a este Tribunal para baixa do débito. Não o fazendo, que seja extraída Certidão do Débito e encaminhada ao Prefeito do Município, que deverá inscrever o débito na Dívida Ativa e proceder a sua execução, sob pena de responsabilidade .

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Gilvan Sirino De Almeida, que deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br) :

1. Multa no valor de R\$ 11.385,00, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) III
2. Multa no valor de R\$ 3.924,75, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) I

Parte: Cledjane Tavares Rodrigues

Unidade Jurisdicionada: Fundo Municipal de Saúde

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificada, a interessada não apresentou defesa;

CONSIDERANDO que a gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Cledjane Tavares Rodrigues, efetuou repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS com atraso e sem os devidos encargos (item **2.1.3** do RA);

CONSIDERANDO que a gestora em apreço passou apenas 29 dias na função de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, não sendo razoável nem proporcional a imputação de sanção pecuniária,

ENTENDO que lhe deve ser dada a inteira quitação.

Parte: Elysandra de Oliveira Mendes

Unidade Jurisdicionada: Fundo Municipal de Assistência Social

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e que, regularmente notificada, a interessada não apresentou defesa;

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE DEODATO SANTIAGO DE ALENCAR BARROS
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/portal/verificarAssinatura>
Código do documento: 63662fb-2312-4e4f-8adf-c16951235d0e



CONSIDERANDO que a gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Sra. Elysandra Oliveira Mendes, deixou de recolher aos cofres da Previdência Municipal, o montante de **R\$ 5.850,30** e efetuou repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS efetuados com atrasos e sem os devidos encargos (item **2.1.2 e 2.1.3** do RA);

APLICAR multa no valor de R\$ 3.924,75, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) I , ao(à) Sr(a) Elysandra De Oliveira Mendes, que deverá ser recolhida , no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br) .

Parte: Neumiranda Marinho Magalhães

Unidade Jurisdicionada: Fundo Previdenciário de Santa Cruz

CONSIDERANDO os apontamentos do Relatório de Auditoria e a defesa apresentada pela interessada;

CONSIDERANDO que a Sra. Neumiranda Marinho Magalhães não alertou o Prefeito sobre a necessidade de se envidar os necessários esforços no sentido de serem adotadas as alíquotas mais adequadas ao equilíbrio do sistema previdenciário do Município, sugeridas no RAA (item **2.1.1** do RA);

CONSIDERANDO que a gestora do Fundo Previdenciário Neumiranda Marinho Magalhães deixou de encaminhar a documentação necessária à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, por parte da Secretaria de Previdência Social (itens **2.1.4** do RA),

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, inciso II e VIII, § 3º , combinados com o artigo 75, da Constituição Federal, e no artigo 59, inciso II , da Lei Estadual nº 12.600/04 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco);

JULGAR regulares com ressalvas as contas do(a) Sr(a) Neumiranda Marinho Guimaraes, relativas ao exercício financeiro de 2016.

APLICAR multa no valor de R\$ 3.924,75, prevista no Artigo 73 da Lei Estadual 12.600/04 inciso(s) I , ao(à) Sr(a) Neumiranda Marinho Guimaraes, que deverá ser recolhida , no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado desta deliberação, ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal, por intermédio de boleto bancário a ser emitido no sítio da internet deste Tribunal de Contas (www.tce.pe.gov.br) .

RECOMENDAR, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Santa Cruz, ou a quem o suceder, que atenda as medidas a seguir relacionadas:

1. Que a Prefeitura Municipal de Santa Cruz envie esforços no sentido de adotar as alíquotas previdenciárias mais adequadas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial ou motivar, fundamentadamente, a sua não adoção.

DETERMINAR, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, no prazo indicado, se houver, a medida a seguir relacionada sob pena de aplicação da multa prevista no inciso XII do artigo 73 do citado diploma legal:



1. 1. Adotar medidas judiciais para cobrança das multas e juros sobre as contribuições previdenciárias recolhidas fora dos prazos.

2. Cumprir integralmente as exigências impostas pela Resolução CMN 3922/10

Prazo para cumprimento: até 31/12/2018

DETERMINAR, por fim, o seguinte:

À Coordenadoria de Controle Externo:

1. Que os presentes autos sejam apensados às contas de governo de 2015 do Prefeito responsável, com o fito de que as conclusões exaradas por este órgão julgador repercutam no orbe de responsabilidade do burgomestre do Município concernente ao referido exercício.

Presentes durante o julgamento do processo na sessão:

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL, Presidente da Sessão: Acompanha

CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR, relator do processo

CONSELHEIRO MARCOS LORETO: Acompanha

Procuradora do Ministério Público de Contas: GERMANA LAUREANO